

EXPERIÊNCIA AUTOGESTIONÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DO BANCO DE ALIMENTOS DE ROSÁRIO DO CATETE/SERGIPE, EM TEMPOS PANDÊMICOS.

Luciana de Melo Costa/Unifesp Baixada Santista, Helen Taynara Araújo Santos Sobral/UFS, Marilu de Melo Costa / MTS Mello Tecnologias Sociais e Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso/UFCCG

lueducita@yahoo.com.br, helentaynara@hotmail.com, malu.mello@mtstecnologiassociais.com.br, e vanillepessoa@gmail.com

Resumo. Em maio de 2020, em plena pandemia do Novo Corona Vírus, foi implantado o primeiro Banco de Alimentos da cidade de Rosário do Catete, em Sergipe, com financiamento público/privado, sob gestão municipal, pois por tratar-se de uma cidade com menos de 10.000 habitantes, não poderia ser financiada por editais do governo federal. Em meio à crise sanitária instalada, o combate à fome exigiu ações imediatas, sobretudo com medidas organizacionais inerentes a agricultura familiar local, tornando o mais ágil possível a inclusão do grupo produtivo como principais beneficiários das compras para doação simultânea. Este trabalho é um relato de experiência que pretende mostrar o embrião da reorganização e revitalização da zona rural de Rosário do Catete, a resposta solidária do grupo produtivo e fomento da autogestão incentivada pela ação diagnóstica, participativa e propulsora de arranjos coletivos solidários.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Banco de Alimentos, Economia Solidária, Autogestão.

Abstract

In May 2020, in the midst of the pandemic, the first Food Bank in the city of Rosário do Catete, in Sergipe, was implemented, with public/private funding, under municipal management, as it is a city with less than 10.000 inhabitants, could not be financed by federal government edicts. In the midst of the sanitary crisis, the fight against hunger required immediate actions, above all with organizational measures inherent to local family farming, making the inclusion of the productive group as the main beneficiaries of purchases for simultaneous donation as quick as possible. This work is an experience report that intends to show the embryo of the reorganization and revitalization of the rural area of Rosário do Catete, the solidary response of the productive group, promotion of self-management encouraged by the diagnostic, participative and propelling action of solidary collective arrangements.

Keywords: Family Farming, Food Bank, Solidarity Economy, Self-management.

1 INTRODUÇÃO

Em 2015 a cúpula das Nações Unidas aprovou a Resolução “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável”, documento que identifica desafios a serem enfrentados para vencer a pobreza de forma abrangente, observando todas as suas dimensões. Estas tratativas enfatizavam a proposição de acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar como prioridade além de eliminar a desnutrição (UN, 2015).

No Brasil, um caminho institucional e intersetorial, estabeleceu medidas em prol da segurança alimentar e nutricional, implementou políticas públicas e programas bem definidos como Estratégia de Saúde da Família (ESF), Programa Bolsa Família (PBF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (CONVIVER), Programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita e Programa Luz para Todos.

Porém, é também fato que as questões político-partidárias, medidas de austeridade adotadas desde 2014, incidiram diretamente em programas sociais e anunciavam um retrocesso, evidenciando desigualdades e promovendo o aumento da insegurança alimentar no país, agravado exponencialmente pelo advento da pandemia do Covid-19.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, realizou recentemente o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, apurando que 55,2% dos domicílios brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar em dezembro de 2020, e 9% passou fome literalmente. Desta forma, a mesma pesquisa indicou que do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros (as) enfrentavam a fome. A pandemia da Covid-19 teve efeito catastrófico e contribuidor para a insegurança alimentar do Brasil, destacando que 19% dos domicílios se encontravam em condição de Insegurança Alimentar e Nutricional Grave, em mais um incremento da desigualdade social brasileira. Nas regiões Nordeste e Norte do país foram observados os maiores percentuais de desemprego, com impactos diretos sobre famílias em INSAN (REDE PENSSAN,2021).

No contexto do combate à fome e ao desperdício, o Banco de Alimentos tem desempenhado papel de relevância, pois são estruturas de logística rápida de atenção a duas pontas: a produção e/ou reaproveitamento do alimento e a doação simultânea.

A atuação pioneira dos Bancos de Alimentos, em sua proposta de eficiência e equidade, nasce muito mais da percepção de uma realidade social de abundância e desigualdade, podendo oportunizar outras ações de impacto comunitário (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Segundo a Rede de Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA) em 2018 existiam 239 unidades em todo o país, das quais 107 eram coordenadas por governos estaduais e municipais, característica que indica a tipificação como Equipamento Público de Alimentação e Nutrição (EPAN), embora também se contabilizem equipamentos implantados pela rede privada como Mesa Brasil e sob iniciativa da sociedade civil a “ONG Banco de Alimentos”.

Não foi encontrada atualização destes números, porém, aqui vamos tratar do Banco de Alimentos de Rosário do Catete, inaugurado em 2020, em plena crise sanitária mundial, com a missão de replicar um modelo de referência e tornar-se referência como primeiro e único banco público do Estado de Sergipe. As especificidades deste equipamento, passa pela retomada da agricultura familiar no município que carrega histórico de produção agrícola, uma importante e inusitada distribuição de terras caracterizando-se como “Fazenda Comunitária”, um tipo de assentamento natural e decisão política municipal. O protagonismo feminino e a autogestão foram também fatores importantes desta experiência exitosa, cujo grande mérito foi desafiar um vírus desconhecido para que o apoio nutricional e também a produção solidária de renda, pudessem reescrever a história agrícola sobre princípios de uma socioeconomia solidária.

O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência de reorganização e revitalização da zona rural de Rosário do Catete - SE, a resposta solidária do grupo produtivo, e fomento da autogestão incentivada pela ação diagnóstica, participativa e propulsora de arranjos coletivos solidários.

2 METODOLOGIA

Trata-se do relato da experiência de implantar um Banco de Alimentos em uma cidade de 11.000 habitantes, no interior do Estado de Sergipe chamada Rosário do Catete em plena pandemia de Covid 19.

3.REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Economia Solidária.

Economia solidária respira solidariedade, contrastando diretamente com a sociedade capitalista que tem seu alicerce no individualismo competitivo. Ela busca maneiras de gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária. São as organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores, organizados por cooperativas ou associações. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal, subempregados ou autônomos e pelos empobrecidos. Esta economia vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, sendo inclusive, favorecida com políticas públicas que foram implementadas nos últimos 10 anos no Brasil (CULTI, 2020).

De forma mais ampliada pode-se vislumbrar a presença de uma economia de equidade, de valorização da vida e renda coletiva em grupos como produtores da agricultura familiar, assentamentos do MST, cooperativas de produtos alimentícios artesanais e minimamente processados, redes de catadores e recicladores empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão, redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas (LISBOA,2005).

No Brasil, a inserção da economia solidária iniciou-se em 2003, com a criação de uma estrutura administrativa para tratar de programas orientados sob essas diretrizes, em parceria direta com os movimentos sociais ligados à economia solidária e marcada pela transversalidade junto a outras temáticas associadas ao desenvolvimento local sustentável. O tema adentrou de fato ao plano federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Com o intuito de gerar soluções para os problemas enfrentados, as ações previstas inicialmente dentro do tema foram: i) acesso a capital – apoio à oferta de bens e serviços financeiros; ii) acesso a conhecimentos – formação, assistência técnica e pesquisas; iii) acesso a mercados – organização dos processos de produção e canais de comercialização; e iv) arcabouço institucional-legal – articulação em torno de marcos legais que reconheçam e apoiem o fortalecimento institucional da economia solidária (CUNHA, 2012).

Com isso, o governo conseguiu a inserção da economia solidária nas decisões de políticas e programas de alguns governos subnacionais, em diferentes níveis de intensidade, inclusive com aprovação de leis específicas e constituição de conselhos gestores (estaduais e municipais). a economia solidária, dadas suas especificidades de ação nos distintos territórios, apresenta um repertório variado de instrumentos voltados à promoção do desenvolvimento local sustentável e inclusivo. A geração local de trabalho e renda, a partir de diretrizes cooperativas e autogestionárias, constitui-se um dos elementos que podem contribuir para o fomento de novas dinâmicas econômicas, sobretudo em regiões mais periféricas e com maior vulnerabilidade social (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020).

Em 2016, no governo de Michel Temer, ela se manteve vinculada ao MTE, porém passou a ser uma subsecretaria acarretando na diminuição significativa de orçamentos, além de restringir as políticas de apoio e fomento.

Em 2019, após publicação de medida provisória o Governo reorganizou os ministérios e a pasta que trabalhava a Economia Solidária foi transferida para o chamado Ministério da Cidadania. Logo após, por decreto o nº 9674 de 2 de janeiro de 2019 que detalhava a estrutura e cargos do Ministério da Cidadania, a Senaes foi extinta, contudo o governo opta por manter o Conselho Nacional de Economia Solidária. Mesmo com a exclusão da Senaes ela deixa seu legado de grandes mudanças no cenário da Economia Solidária e instaurou em movimentos sociais e empreendimentos a necessidade de continuar disseminando a Economia Solidária.

3.2 Rosário do Catete – Descrição Sócio Política e Geográfica

Rosário do Catete é um município do Estado do Sergipe que possui 102,834km² de área territorial e pertence a região administrativa do Leste Sergipano. A População estimada de 11.008 pessoas (IBGE,2021). Em 2019, o salário médio mensal era de 3.6 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.2%.

Na prática, estes números colocam o município no Mapa da Fome, situação agravada pela pandemia e justificativa para soluções de equidade na segurança alimentar e nutricional (MC, 2021).

A localização do município, no Leste Sergipano, mostrou-se extremamente positivo para que uma logística de colheita urbana fosse rapidamente estabelecida, pois a proximidade com a capital Aracaju (38,2 km) e a cidade de Itabaiana (61,7 km) pois ambas possuem Ceasas e boa rede de comércio alimentício no varejo e atacado, locais onde o descarte é fator conhecido no desperdício de alimentos.

Figura 1 - Mapa do Estado de Sergipe/ Leste Sergipano



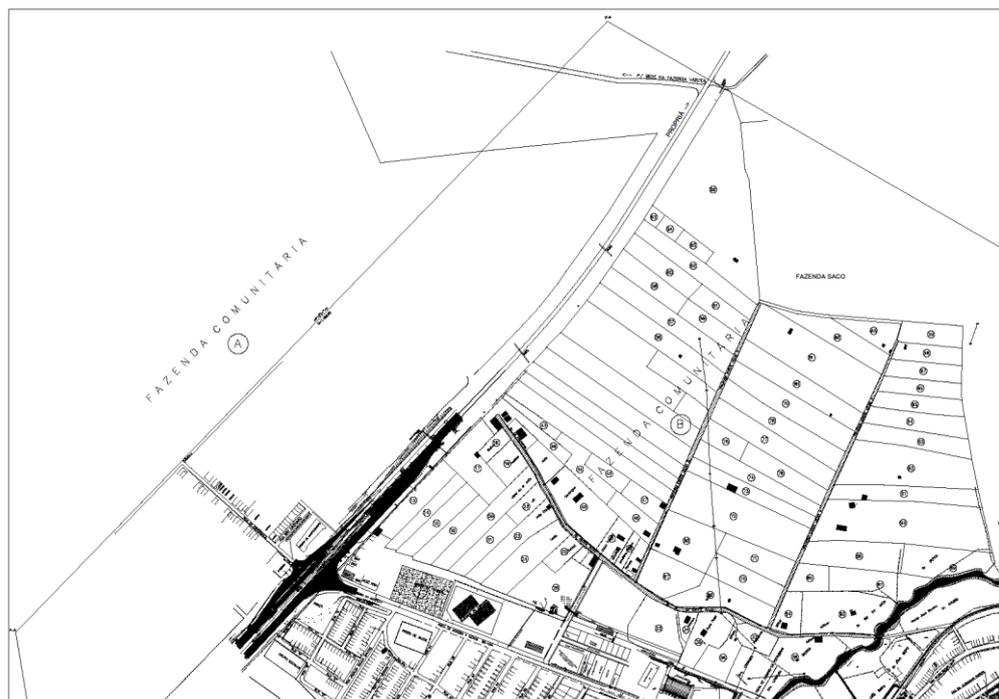
Fonte: Sergipe/Gov. do Estado

A vocação para agricultura está presente na história e na tradição contada pela cultura do milho, exploração da cana – de açúcar, a produção de mandioca e suas casas de farinha, e da pitoresca Fazenda Comunitária. Esta ação de designação de uma área considerável para doação a pequenos produtores já configura, por si só, um arranjo produtivo solidário.

Trata-se do epicentro das transformações que viriam a ser estimuladas pelo Banco de Alimentos, com ênfase da autogestão, sobretudo capitaneados por mulheres da agricultura familiar.

Na fazenda comunitária, cortada pela rodovia BR – 101, concentram-se 78% dos pequenos produtores em atividade formalizada e outros 22% estão no povoado de Siririzinho, também com logística muito favorável para entregas em programas de aquisição, escolas e outros espaços de comercialização do município.

Figura 2. Auto Cad – Zoneamento da Fazenda Comunitária



Fonte: Pref. Mun. Rosário do Catete/SE

3.3 Banco de Alimentos de Rosário do Catete

Conceitualmente Bancos de Alimentos são estruturas físicas e/ou logísticas que ofertam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios, oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos que seriam desperdiçados. As doações são destinadas às entidades sociais que atendem a outras instituições e famílias em vulnerabilidade social e insegurança alimentar (BRASIL,2021)

Como EPAN -Equipamento Público de Alimentação e Nutrição, iniciou seu fluxo operacional neste momento de pandemia do COVID – 19, fato que marca a história deste Banco de Alimentos, não só como o primeiro Banco público do Estado de Sergipe,

mas como, talvez, o único nos anais da história mundial da criação e operacionalização em tempos pandêmicos (SEMADER ,2021).

Trata-se de uma estrutura com financiamento público-privado e gestão compartilhada entre duas secretarias municipais.

A presença e classificação do município no Mapa da Fome no Brasil, é também um forte indicador que justifica não só a implantação do BA, como ações que potencializem as pontas de produção sustentável e minimização dos índices de InSan.

Quadro 1 – Mapa InSAN –Rosário do Catete

UF	Código Município IBGE	Nome do Município	Número de Pessoas CAD	Número de Famílias no Urbano	Número de Famílias no Rural	Nível de Vulnerabilidade
Sergipe	2806107	Rosário do Catete	6276	2158	213	Média

Fonte: Ministério da Cidadania

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-san/artigo.php?link=15>

3.4 Rede Sociotécnica e Acesso a canais de Venda

A emissão da DAP – declaração de Aptidão ao Pronaf, condição de formalização imprescindível para ações de inclusão produtiva, foi ação estratégica iniciada em novembro de 2019, mas efetivamente exitosa a partir da formação da rede sociotécnica coordenada pelo Banco de Alimentos em maio de 2020, já em episódio pandêmico. A estreita parceria com a ENDAGRO- Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe, possibilitou o aumento significativo do número de Daps ativas no município que saiu de 07 até o segundo semestre de 2019, para o expressivo número de 56 até dez de 2020. Destaques desta parceria, para além do aumento de formalizações está a inclusão de agricultores “sem-terra “do povoado de Siririzinho.

Figura 3 - Lista de DAP do Município Rosário do Catete/SE

DAP(s) Ativas	DAP(s) Inativas	Total DAP(s)
56	95	151

Fonte: SEAD – Casa Civil

O trabalho continuado de formalização possibilitou a inclusão de oito agricultores pela primeira vez na chamada pública do PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar como fornecedores prioritários locais e na sequencia habilitação no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos –Termo de Adesão do Estado. Estas demandas, por sua vez foram atendidas de forma solidária pelos grupos de produtores que passaram a se organizar para atender de forma solidária o volume de entregas da agricultura familiar.

Quadro 2 – Comparativo de DAPS – Fomento do BA

ANO	DAPS		TOTAL	ÍNDICE DE FORMALIZAÇÃO
	ATIVAS	INATIVAS		
2019	07	144	151	0%
2020	56	95	151	34,03%

Elaboração dos autores.

Fonte: SEAD – Casa Civil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro resultado a ser destacado é a própria criação de um Banco de Alimentos em uma cidade de pequeno porte do Nordeste, que só ocorreu em primeira instância, pela decisão do poder público local e através de parceria com o setor privado.

Isto porque editais do governo federal que atendem esta política pública de SAN não contemplam municípios de pequeno porte. Outro fator determinante foi a pandemia do Covid – 19. E seus impactos diretos, exacerbando riscos sociais e vulnerabilidades, sobretudo sobre a alimentação adequada.

Antes da implantação do Banco de Alimentos foi necessário realizar um levantamento de dados da realidade local e para isto foi realizado o preenchimento de um formulário, com permissão e apoio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, e também dos agricultores (as) que compareceram na atividade de campo, com ênfase para informações que pudessem compor o perfil do grupo produtivo responsável pela agricultura familiar ,além de fornecer subsídios para ajustes próprios do processo de construção. Informações como gênero, idade, dimensões e tipo de propriedade, renda, produtos cultivados, participação em cadeias curtas, vulnerabilidades da produção, nortearam este diagnóstico.

Foi encontrado que 50% do total das Daps ativas são mulheres, os homens acima de 51 anos correspondem a 70% da força de trabalho no campo, no gênero feminino apresenta faixa etária acima de 51 anos na proporção.

Quanto a diversidade produtiva a predominância é de verduras 70%, legumes 43% e tubérculos 43% nas propriedades consultadas. O tipo de produção predominante ainda é a convencional 50%, orgânica 36,7% e agroecológica 13,3%, indicando um bom caminho de transição.

A Ação de Segurança Alimentar para enfrentamento da pandemia do Covid-19 aconteceu em maio de 2020, com inclusão e geração de renda, trazendo recursos para o comércio local e para os produtores rurais familiares e que foi de enorme relevância considerando o impacto nefasto da pandemia, para além da condição pré-existente da fome no município. Nesta ação foram beneficiados 31 agricultores familiares, aportados recursos na casa de R\$ 84.521,42 possibilitando a montagem de 2815 cestas, atendendo 11.260 pessoas em insegurança alimentar e nutricional.

Por ocasião desta ação a equipe do Banco de Alimentos se deslocou para uma escola mais próxima da fazenda comunitária, visando o acesso rápido e seguro dos agricultores (as), inclusive pelo fato de que, grande parte eram do grupo de risco ao Covid-19. Nas ilustrações abaixo estão documentados momentos da ação desde a chegada do produto, manejo da equipe e doação. As escolas já estavam em restrição e por conseguinte quase que a totalidade dos alunos foram incluídos na planilha de doação, assim como profissionais de atividades informais e demais que foram sumariamente dispensados (as).

Figura 4 – Agricultora Familiar
Fornecedora do BA



Fonte: Arquivo Pessoal (foto autorizada)

Figura 5– Equipe BA



Fonte: BA/Pref. Rosário do Catete

Figura 5 - Cesta de hortifrúti da AF



Fonte: BA/Pref. Rosário do Catete

Figura 6- Doação Simultânea



Fonte: Arquivo Pessoal (foto autorizada)

A inclusão dos produtores nas modalidades do PAA –Estado representaram no ano de 2020 o aporte de R\$ 110.500,00 e no PNAE R\$ 27.671,48.

Porém a habilitação na chamada pública do PNAE em março de 2020, articulada entre o Banco de Alimentos e a Secretaria Municipal de Educação, teve um significado mais importante, pois trata-se de um direito garantido por força da RESOLUÇÃO/CD/FNDE N ° 38, DE 16 DE JULHO DE 2009 (FNDE,2009).

Além da inclusão consolidada junto a alimentação escolar, foram feitas tratativas para que as entregas não fossem interrompidas, e assim a logística e a pactuação entre o BA e a Educação, garantiram o frescor da produção agrícola do grupo de agricultores familiares habilitados, que também solidariamente se organizaram para fazer as entregas do kit alimento escolar dos alunos da rede pública e estadual de ensino.

As frentes abertas de acesso a cadeias curtas foram implementadas e ficaram sob autogestão dos grupos produtivos envolvidos como o Polo de Comercialização Direta – Piloto da Feira de Agricultura Familiar, de vocação e protagonismo da mulher rural, logo foi possível comprovar o esforço das mesmas para diversificar seus produtos, sempre que isto acontece há enorme ganho na cadeia produtiva local.

Figura 7 - Produtoras responsáveis pelo Polo Feiras –Processo de Diversificação



Fonte: BA/Pref. De Rosário do catete

Um grande e animador resultado foi a efetividade conseguida, em contraponto com o tempo e a adversidade para a implantação de Banco de Alimentos, que embora planejado para um município de pequeno porte, foi surpreendido por uma crise sanitária mundial. Há que se entender, também que a complexidade das relações interpessoais entre a equipe, os agricultores e as pessoas ou famílias que recebem as doações, bem como a construção da rede sociotécnica e mais o desafio de uma postura de sanidade no recebimento, manejo e acondicionamento dos alimentos não são mais brandos por conta do tamanho do equipamento público de alimentação e nutrição.

Para Henz e Porpino (2017) os Bancos de Alimentos são equipamentos que tecnicamente conseguem fazer frente ao desafio global das perdas e desperdícios de alimentos. De fato, os bancos que estão em municípios de médio e grande porte têm mais este perfil e seu fluxo e conceito ajustados para isto.

Esta experiência em Rosário do Catete demonstra que perdas e desperdícios ocorrem em pequenos municípios que não tem espaços ou estruturas técnicas de combate ao desperdício e a fome, considerando ainda que, no Mapa da Fome Brasileiro a grande maioria dos municípios classificados estão insegurança alimentar média ou grave.

Também que a gestão ampliada para a segurança alimentar em toda a cadeia de produção e consumo, estimulam novos paradigmas de comportamentos e hábitos de alimentares saudáveis, além da cultura do não desperdício. O estímulo e o fomento da agricultura ajudam a amalgamar iniciativas de cooperação e solidariedade dos grupos produtivos.

Por outro lado, a euforia sobre abastecimento do Banco de alimentos incidindo sobre o PAA- Programa de aquisição de Alimentos, aventou um formato de gestão mais recebedora e sem grandes transtornos, em detrimento das características e propósito conceitual de combater as perdas e desperdícios. Tenuta e Teixeira (2017), estudaram em outros 10 Bancos de Alimentos públicos municipais de Minas Gerais, constatando este fenômeno em 90% dos equipamentos como fator presente e de interferência na eficácia de suas diretrizes enquanto modalidade de EPAN.

Portanto, preservar e aperfeiçoar o conceito deste equipamento, diagnosticar vulnerabilidades, fomentar e oferecer soluções inovadoras e solidárias a sustentabilidade da agricultura familiar como fator de qualidade de vida do sóciobioma de um local ou região, são demandas naturais de cidades brasileiras.

A linha do tempo abaixo demonstra este exemplo de superação no contexto de implantação de uma política pública abrangente e tão necessária no momento histórico vivenciado em 2020.



5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a operacionalidade de Bancos de Alimentos independe do tamanho ou contingente populacional, desde que haja vontade política, envolvimento do corpo técnico e gestão afinada com as relações interpessoais e demandas do campo e integradas inclusive a agenda 2030. A experiência de Rosário do Catete demonstra a versatilidade deste EPAN, atuando no mesmo ano sua implantação de forma tão intensa no combate à fome, permeada de nuances organizacionais auto gestionárias, ainda que em pequenos

municípios onde seria improvável a presença deste EPAN. No mesmo ano de implantação do BA, a formalização teve aumento de 34%, arrecadação da colheita urbana chegou a níveis surpreendentes de 2400t/mês para a intensa imposição restritiva absolutamente necessária. Uma economia diferenciada e com bases solidárias, reafirma sua sinergia com a segurança alimentar nutricional nesta experiência, objeto deste estudo

6 AGRADECIMENTOS

Ao Banco de Alimentos de Rosário do Catete e Prefeitura Municipal de Rosário do Catete/SE.

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter Belik; CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida; COSTA, Luciana Assis. **Crise Dos Alimentos E Estratégias Para a Redução Do Desperdício No Contexto De Uma Política De Segurança Alimentar E Nutricional No Brasil**: Planejamento e Políticas Públicas, [S. l.], 2012. p. v. 38, p. 107-132. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/277](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/277). Acesso em: 8 set. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Inclusão Social e Produtiva Rural**: Programa Banco de Alimentos. Portal Gov.br GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-banco-de-alimentos>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. FNDE. RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38. **Diário Oficial da União**. Brasília. DF.

CASA CIVIL SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAD). **Sistemas da DAP**: (Declaração de Aptidão ao Pronaf). GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>. Acesso em: 9 set. 2021.

CULTI, Maria Nezilda. **ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**: TIPOLOGIAS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS, p. 1-14. Disponível em: https://associacaoportuguesasociologia.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM_0220.pdf. Acesso em: 8 set. 2021.

CUNHA, Gabriela. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)**. BRASÍLIA. 2012. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade de Brasília.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social (6a. ed.)**. ATLAS, 2008. 220 p.

HENZ, Gilmar Paulo; PORPINO, Gustavo. **Perdas e desperdício de alimentos: como o Brasil tem enfrentado este desafio global?** Hortic. Bras. 2017;35(4):472–82.. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-053620170402>. Acesso em: 10 set. 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades.2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/rosario-do-catete/panorama>. Acesso em: 8 set. 2021.

LISBOA, Armando de Melo. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: IMPRECI SÕES E LIMITES. **Pensata • Rev. adm. empres. • Set 2005**, São Paulo, v. 45, n. (3), 10 Fev 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/jrae/a/3dKPKVkmFzNY7XCx6bgmMjv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2021.

MC-MINSTERIO DA CIDADANIA –SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL. **Mapa InSAN.2021.BRASIL**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-san/> Acesso em: 23 ago. 2021.

NAÇÕES UNIDAS - Brasil. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Plataforma de Conhecimento do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 6 set. 2021.

REDE PENSSAN-Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca__alimentar.pdf. Acesso em: 6 set. 2021.

SEMADER. **Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. 2021.PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DO CATETE. SE.**

SILVA, Sandro Pereira; MORAIS, Leandro Pereira; SANTOS, Dayvid Souza . **REPERTÓRIO PROGRAMÁTICO E RESILIÊNCIA DAS POLÍTICAS SUBNACIONAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL:: SÍNTESE DE EXPERIÊNCIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS**. repositorio.ipea.gov.br. Brasília.DF, 2020. 216 a 228. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10424/1/bmt_70_repertorio_programatico.pdf. Acesso em: 8 set. 2021.

TENUTA , Natalia ; TEIXEIRA, Romero Alves. **A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos**. Segurança Aliment e Nutr. 2017;. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8649720>. Acesso em: 10 set. 2021.